Ata da 24ª (vigésima quarta) Reunião da 20ª (vigésima) Legislatura, do 1º (primeiro) período, da Câmara Municipal de Formiga, Estado de Minas Gerais – Sessão Ordinária.

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e dez minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Formiga, deu-se por iniciada a Sessão Ordinária, sob a presidência do Vereador Flávio Martins da Silva – Flávio Martins. Após a oração de praxe, foi feita a chamada dos Vereadores, sendo registrada a presença dos Edis: Cid Corrêa Mesquita – Cid Corrêa; Flávio Martins da Silva - Flávio Martins, Jaci Honório de Paula – Jaci da Rua Nova, Thiago Leão Pinheiro – Thiago Pinheiro, Wolkmar Geraldo Menezes – Wolkmar Menezes e Osânia Iraci da Silva – Osânia Silva. Posteriormente, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior. Em seguida, foi efetuada a chamada do Vereadores Daniel Rodrigues da Silva – Daniel Rodrigues, Joice Alvarenga Borges Carvalho – Joice Alvarenga, Luciano Márcio de Oliveira – Luciano do Gás. Ato contínuo, submetida à apreciação, a ata restou aprovada por unanimidade dos vereadores presentes, ressaltando a ausência do Vereador Evandro Donizetti da Cunha – Piruca. Prosseguindo, o Presidente informou que, na ocasião da solenidade de entrega da Medalha “6 de Junho”, o Senhor Samuel Júnior Oliveira Silva, um dos agraciados, não pôde estar presente. Acrescentou que o Vereador Wolquimar Menezes havia solicitado que a referida homenagem fosse realizada na presente sessão. Em seguida, foi colocado em votação o requerimento apresentado pelo mencionado vereador, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Após a aprovação, procedeu-se à chamada do Vereador Evandro Donizeth da Cunha – Piruca. Na sequência, o Senhor Samuel Júnior Oliveira Silva foi convidado a adentrar ao plenário, onde recebeu a medalha das mãos do Vereador Wolquimar Menezes. Ulteriormente, o Presidente Flávio Martins submeteu ao plenário, a supressão da leitura das correspondências recebidas, sendo que após votação, a questão restou aprovada por unanimidade dos edis. Contudo, apesar de não efetuada a leitura destes, registre-se que na pauta da presente sessão, constavam os seguintes documentos: Ofício Nº 010/2025 enviado pela Diretoria de Compras Públicas; Revista Nº 086/2025-ANOXVIII enviada pelo CONFEF - Conselho Federal da Educação Física; e Convite Nº 006/2025 enviado pelo CPR. Registre-se ainda que, embora também não efetuada a leitura destas, constavam na pauta e deram entrada para estudos e pareceres das Comissões as seguintes proposições: **Projeto de Lei Ordinária nº 99 de 2025**, Autoriza abertura de crédito suplementar no valor de R$3.765.810,86 (três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), resultantes de tendência ao excesso de arrecadação e anulação de dotação devidamente discriminada, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, II e III, que será utilizado no âmbito da Pasta Municipal de Obras e Trânsito. (Encaminhado através da Mensagem nº 070/2025). Autor: Coronel Laércio Reis – Prefeito; **Projeto de Lei Ordinária nº 100 de 2025**, Autoriza abertura de crédito suplementar no valor de R$8.000,00 (oito mil reais), resultantes de anulação de dotação devidamente discriminada, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, III, que será destinado para apoio ao Grêmio Esporte Clube para fins de atendimento à solicitação do Vereador Luciano Márcio de Oliveira - Luciano do Gás, autor da emenda impositiva. (Encaminhado através da Mensagem nº 071/2025). Autor: Coronel Laércio Reis – Prefeito; **Projeto de Lei Ordinária nº 101 de 2025**, Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$976.080,51 (novecentos e setenta e seis mil, oitenta reais e cinquenta e um centavos), resultantes de tendência ao excesso de arrecadação, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, II, que será utilizado no âmbito da Pasta Municipal de Saúde. (Encaminhado através da Mensagem nº 072/2025). Autor: Coronel Laércio Reis – Prefeito; e **Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 97 de 2025**, Dispõe sobre a proibição de absorção de matrículas do Ensino Fundamental – anos iniciais – da Escola Estadual Aureliano Rodrigues Nunes pelo Município de Formiga, no âmbito do Projeto Mãos Dadas, conforme a Lei Municipal nº 5.678, de 13 de julho de 2021, e dá outras providências. Autor: Cid Corrêa. Na sequência, o Presidente da Mesa Diretora submeteu à votação pelos edis, a supressão da leitura da proposição prevista na pauta daquela reunião, haja vista que os projetos de lei em tramitação encontram-se disponíveis no *site* oficial da Câmara Municipal de Formiga, restando a questão aprovada por unanimidade dos vereadores. Desta maneira, foram submetidos à primeira discussão e votação e à segunda discussão e votação as seguintes proposições: **Projeto de Lei Ordinária nº 74 de 2025**, Autoriza abertura de crédito especial no valor R$409.808,80 (quatrocentos e nove mil, oitocentos e oito reais e oitenta centavos), resultantes de anulação de dotação devidamente discriminada, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, III, que serão utilizados no âmbito da Pasta Municipal de Saúde, conforme Ofício 141/2025, anexo ao projeto. De autoria do Executivo Municipal, a proposição foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. **Projeto de Lei Ordinária nº 91 de 2025**, Dispõe sobre concessão de diária de viagem, aquisição de passagem e inscrição em evento de capacitação no âmbito do Poder Legislativo. De autoria dos Vereadores Flávio Martins, Luciano do Gás, Osânia Silva e Cid Corrêa (Mesa Diretora 2025), a proposição foi aprovada com **seis votos a favor** e **três votos contrários**. Os votos favoráveis foram dos Vereadores Thiago Pinheiro, Wolquimar Menezes, Jaci da Rua Nova, Osânia Silva, Luciano do Gás e Cid Correia. Já os votos contrários foram de Daniel Rodrigues, Piruca e Joice Alvarenga. **Projeto de Lei Ordinária nº 92 de 2025**, Institui a concessão de Vale-Alimentação no âmbito da Câmara Municipal de Formiga e dá outras providências. De autoria dos Vereadores Flávio Martins, Luciano do Gás, Osânia Silva e Cid Corrêa (Mesa Diretora 2025), a proposição foi aprovada com **seis votos a favor** e **três votos contrários**. Os votos favoráveis foram dos Vereadores Thiago Pinheiro, Wolquimar Menezes, Jaci da Rua Nova, Osânia Silva, Luciano do Gás e Cid Correia. Já os votos contrários foram de Daniel Rodrigues, Piruca e Joice Alvarenga. **Projeto de Lei Ordinária nº 82 de 2025**, Autoriza abertura de crédito especial no valor R$3.088.570,11 (três milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e setenta reais e onze centavos), resultantes de tendência ao excesso de arrecadação e superávit financeiro, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, I e II, que serão utilizados no âmbito da Pasta Municipal de Saúde, conforme Ofício 151/2025 e documentos anexos ao projeto. De autoria do Executivo Municipal, a proposição foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. **Projeto de Lei Ordinária nº 86 de 2025**, Autoriza abertura de crédito suplementar no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), resultantes de anulação de dotação devidamente discriminada, que serão utilizadas para fins de apoio à Associação de Futebol Solidário, em atendimento à solicitação da Vereadora Osânia Silva, autora da emenda impositiva. De autoria do Executivo Municipal, a proposição foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. **Projeto de Lei Ordinária nº 87 de 2025**, Autoriza abertura de crédito suplementar no valor de R$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), resultantes de anulação de dotação devidamente discriminada, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, III, que serão utilizadas para fins de atendimento de solicitação da Câmara Municipal, acerca de alteração das emendas do orçamento impositivo. De autoria do Executivo Municipal, a proposição foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. **Projeto de Lei Ordinária nº 90 de 2025**, Dispõe sobre a concessão de tolerância e a dispensa do pagamento de tarifa de Estacionamento Rotativo, nos casos discriminados, no âmbito do Município de Formiga-MG. De autoria da Vereadora Joice Alvarenga, a proposição foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. De autoria do Executivo Municipal, a proposição foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. Ao término da votação das proposituras, o Presidente Flávio Martins solicitou que fosse registrado em ata o posicionamento dos vereadores **Daniel Rodrigues, Joice Alvarenga** e **Piruca**, os quais manifestaram a decisão de **rejeitar o recebimento do vale-alimentação estabelecido pelo Projeto de Lei nº 92/2025**, declarando que não farão uso do referido benefício. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente colocou em votação a inversão de pauta para que o Secretário de Saúde pudesse fazer uso da tribuna. Na ocasião, o Vereador Cid Corrêa, suscitando “questão de ordem”, solicitou a palavra e informou que precisaria se ausentar da sessão. Antecipadamente, dirigiu-se ao Secretário Municipal de Saúde para justificar sua saída, explicando que havia conseguido antecipar a resolução de uma pendência relacionada ao certificado digital do presidente do Lions Clube, o que permitiria agilizar a formalização da documentação referente às emendas impositivas junto à Prefeitura Municipal, evitando eventuais irregularidades. Aprovada a inversão da pauta, fez uso da tribuna o Secretário Municipal de Saúde, Senhor Wender Antônio de Oliveira, com a finalidade de apresentar, em caráter técnico e institucional, o painel de saúde do município de Formiga. Feitos os cumprimentos iniciais, o Secretário Municipal de Saúde, Wender Antônio de Oliveira, deu início à sua exposição, solicitando aos presentes que acessassem o site da Prefeitura por meio de seus celulares e clicassem na seção “Transparência Municipal”, destacando que as informações que seriam apresentadas estavam disponíveis para consulta online. O Secretário explicou que, considerando o recesso da Casa Legislativa, sua pauta foi antecipada com o objetivo de potencializar um trabalho conjunto baseado em tomadas de decisão, e também de ampliar o acesso às informações já disponíveis. Informou que a apresentação seria a primeira de três partes necessárias para apresentar o panorama técnico da saúde municipal, salientando que não se tratava de uma série histórica, mas de uma base para subsidiar planejamento e a elaboração de projetos de lei. Segundo Wender, a gestão da saúde pública voltada para decisões deve ser organizada por eixos. Ao se considerar uma gestão municipal de quatro anos, é necessário estruturar a Secretaria em divisões que possibilitem tanto o crescimento de vagas quanto a correção de filas e demandas. Observou que nem toda solução envolve aumento permanente de oferta, algumas são pontuais, como mutirões. Apresentando um organograma ainda em fase de tramitação interna, o gestor da pasta destacou a complexidade da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Ressaltou que o órgão conta com mais de 600 servidores e uma folha de pagamento superior a quatro milhões de reais. Mostrou a divisão da Secretaria em quatro eixos estratégicos: Planejamento Estratégico, Gestão Financeira e Contratual, Controle, Avaliação e Monitoramento, e Educação em Saúde. Explicou que esses eixos abrangem todos os serviços prestados, filas existentes e a distribuição de recursos. Wender destacou a importância da disponibilização online do plano municipal de saúde, da programação anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apontando que a consonância entre os projetos de lei e esses instrumentos legais garante maior efetividade às ações de saúde. Demonstrou que o município de Formiga atende aproximadamente 68 mil habitantes e atua também como microrregião, respondendo por parcerias e atendimentos pactuados com a GRS de Divinópolis. Ao abordar os números da atenção básica, o Secretário mencionou que, em apenas seis meses, foram realizados mais de 40 mil atendimentos, um número significativo em relação à população estimada. Apontou a complexidade do planejamento frente à alta demanda e mencionou públicos específicos como as crianças, das quais mais de 8 mil foram atendidas na UPA no período. Destacou também a importância de acompanhar dados como nascidos vivos e doenças prevalentes, especialmente aquelas do aparelho circulatório, digestivo, gestacional e neoplasias. O Secretário alertou para a necessidade de iniciar, ainda este ano, as prévias da conferência municipal de saúde, prevista para o próximo exercício. Ressaltou o papel da Câmara Municipal na definição do plano de saúde para os próximos quatro anos. Reforçou também a urgência de ampliar o número de leitos de clínica médica na Santa Casa, diante da sobrecarga do atendimento de urgência e emergência. Ao tratar da informatização, Wender mencionou a implantação do prontuário único, já integrado ao CEMAS e com expansão prevista para a UPA. Explicou que essa ferramenta permitirá aos profissionais de saúde acompanhar de forma mais eficaz a trajetória dos pacientes, principalmente na atenção básica. Comentando sobre a sede administrativa da Secretaria, observou que a estrutura física não é adequada para a demanda que recebe. Relatou que ainda se utilizam registros manuais para atendimento ao público e destacou a necessidade de implantar um sistema online que permita ao cidadão consultar sua posição na fila de espera e enviar solicitações por meio de chatbot. Apresentando dados atualizados da regulação de consultas, Wender informou que 4.530 pacientes aguardavam procedimentos apenas em 2025, enquanto 2.460 já haviam sido atendidos. Esclareceu que a fila é resultado de demandas acumuladas e que não se trata de falha de gestões anteriores, mas sim de uma realidade nacional. Destacou que o atual programa federal de especialidades se baseia na terceirização de serviços e compra de vagas. Segundo ele, sem uma estratégia clara, a fila tende a dobrar até 2028. Reforçou a necessidade de reavaliação clínica de pedidos antigos, uso da telemedicina para retornos e reestruturação da lógica de agendamento. Reiterou que o SUS prioriza a necessidade clínica, e não a ordem de chegada, e que o exame antigo precisa ser reavaliado quanto à atual necessidade. Ao tratar das prioridades de atendimento, destacou que o desafio está no grupo P1 (prioridade 1), pois o P0 (prioridade zero) é normalmente atendido sem grandes dificuldades. Defendeu a realização de mutirões, a extensão de horário das unidades e o investimento em infraestrutura e pessoal como caminhos para enfrentar a fila. Abordando projeções, Wender alertou que, sem novas estratégias, até 2028 o número de procedimentos parados poderá ultrapassar 4 mil. Observou a necessidade de reestruturação da atenção básica e da zona rural, lembrando que Formiga possui uma das maiores extensões rurais de Minas Gerais. Em relação ao transporte, informou que mais de 204 mil quilômetros foram percorridos no período, com 37 veículos em operação e parte da demanda suprida por transporte terceirizado. Ressaltou que metade da frota está ocupada com acompanhantes, o que gera desafios operacionais e financeiros. Informou que estão sendo realizados estudos para atualização dos valores das diárias dos motoristas, atualmente defasados. Wender apresentou ainda a equipe da UPA, composta por médicos, pediatras, enfermeiros, técnicos e outros profissionais. Explicou que o custo mensal da unidade gira em torno de 1 milhão de reais e que a grande maioria dos atendimentos classificados como verde e azul não deveria ser realizada na UPA. Enfatizou que, com mais de 41 mil atendimentos em seis meses, a unidade opera em seu limite. Apontou o aumento das parcerias com outros municípios e o uso crescente de vagas contratadas, inclusive com localidades como Poço Fundo e Betim. Destacou o uso do BI (Business Intelligence) para monitoramento da UPA e os bons resultados obtidos no atendimento pediátrico. Relatou também dados sobre os atendimentos odontológicos, ações epidemiológicas, como combate à dengue e Chikungunya, e o volume crescente de atendimentos na atenção básica, que já ultrapassou 38 mil consultas no semestre. Destacou que a soma de consultas e receitas emitidas representa a cobertura de praticamente toda a população no período. Ao abordar a saúde mental, mencionou o resgate do CAPS Infantil e a atuação intensa do CAPS geral, destacando a necessidade de estrutura especializada para atendimento de crianças neuroatípicas. O Secretário também apresentou os resultados parciais de pesquisa de satisfação aplicadas na UPA e na atenção básica, apontando índices satisfatórios de atendimento, mas também áreas de atenção como agendamento, estrutura física e tempo de espera. Finalizou informando que os dados apresentados compõem o primeiro painel de uma série de três. O segundo painel trará informações sobre pactuação de atendimentos, infraestrutura e finanças da Secretaria e da Santa Casa, além de dados das especialidades. Todos os dados serão disponibilizados no site da Prefeitura. Manifestaram-se sobre a fala do Secretário Municipal de Saúde, Wender Antônio de Oliveira, os Vereadores Piruca, Thiago Pinheiro, Wolkmar Menezes, Jaci da Rua Nova, Daniel Rodrigues, Luciano do Gás, Osânia Silva, Joice Alvarenga e Flávio Martins. Ao final, foi registrada uma fotografia oficial dos vereadores com o Secretário Municipal de Saúde. Na ocasião, o Vereador Luciano do Gás realizou a entrega de uma Moção Elogiosa ao Secretário Wender Antônio de Oliveira, extensiva à toda equipe da pasta. Oportunamente, o Presidente Flávio Martinsprorrogou o prazo de duração da reunião, até a conclusão dos trabalhos daquela sessão. Avançando os trabalhos, o Presidente propôs e submeteu à votação dos edis a supressão da leitura dos Requerimentos, Moções, Indicações, Pedidos de Informação e Ofícios constantes na pauta, restando a questão aprovada por unanimidade dos vereadores presentes, ressalvando a ausência do Vereador Cid Corrêa. Na sequência, foram aprovados pelos edis presentes, ressalvando a ausência do Vereador Cid Corrêa, os Requerimentos, Moções, Indicações, Pedidos de Informação e Ofícios constantes da pauta, de autoria dos seguintes Vereadores: Flávio Martins, Jaci da Rua Nova, Joice Alvarenga, Luciano do Gás e Thiago Pinheiro. Na sequência fez uso da Tribuna, na condição de Oradora previamente inscrita, conforme art. 149 do Regimento Interno, a Vereadora Joice Alvarenga. A Edil iniciou informando que pretendia utilizar aquele momento para discorrer sobre os debates ocorridos na reunião, especialmente acerca dos projetos relacionados à diária de viagem e ao vale-alimentação, matérias que não pôde tratar com a devida profundidade anteriormente, devido ao tempo limitado de cinco minutos destinado a cada proposição. Joice Alvarenga afirmou que todo político que não deseja ser criticado em redes sociais não deveria se candidatar a cargos eletivos, pois a crítica faz parte do exercício do mandato. Ressaltou que todos os vereadores são, naturalmente, alvos de manifestações públicas, inclusive ela própria, desde seu primeiro mandato. Acrescentou que, quando as críticas extrapolam os limites da opinião e se tornam calúnia, cabem os devidos recursos junto ao Poder Judiciário. No entanto, destacou que a crítica embasada na opinião do eleitor sobre votos proferidos em plenário é legítima e necessária. A parlamentar explicou que votou contra os dois projetos, da diária de viagem e do vale-alimentação e, por isso, tem sido alvo de críticas nas redes sociais. Defendeu que tais projetos afetam a imagem de toda a Casa Legislativa, independentemente do posicionamento individual dos vereadores. Disse que, por conta disso, qualquer um dos dez vereadores pode ser questionado por seus eleitores sobre os votos, mesmo que tenha votado contrariamente. A vereadora citou, como exemplo, postagens feitas por um jovem chamado Rafael, pessoa a quem sempre respeitou e que já mencionou positivamente em outras ocasiões. Apesar disso, sentiu-se no dever de esclarecer informações equivocadas veiculadas por ele nas redes sociais. Joice reforçou que não está se opondo às críticas feitas por Rafael, mas que elas devem estar baseadas em fatos verdadeiros. Lamentou o que chamou de “fogo amigo” e classificou determinadas falas como não devidamente fundamentadas. Segundo a parlamentar, foi mencionado em rede social que ela teria participado de um suposto acordo com os demais vereadores em torno dos projetos, inclusive tendo proposto a contratação de um segundo assessor parlamentar. A vereadora negou essa narrativa e afirmou publicamente que jamais teve dificuldades em defender seus posicionamentos, sejam favoráveis ou contrários ao que é discutido na Casa. Relatou, inclusive, que em conversa com o vereador Jaci havia reafirmado que todos os vereadores são concorrentes políticos e que seu parâmetro de atuação não são os colegas de Câmara, mas sim o seu eleitorado. Joice esclareceu que, em reunião interna com oito vereadores (ausentes os vereadores Piruca e Luciano), declarou que integra um mandato coletivo e que qualquer decisão seria submetida ao seu conselho político. Enfatizou que essa é sua prática desde 2017, e assim continuará sendo. Considera seu eleitor como referência para todas as suas ações políticas. A vereadora estranhou como informações discutidas internamente chegaram ao conhecimento de pessoas externas à Câmara, o que a levou a reafirmar seu entendimento de que um vereador comprometido com o trabalho está constantemente envolvido em atividades. Citou como exemplo a atuação da sua assessora parlamentar, Vitória Ramos, que está diariamente na Câmara. Argumentou que, ao sair para agendas externas, como fiscalizações em escolas, unidades de saúde e reuniões comunitárias, o gabinete fica sem atendimento, o que motivou sua manifestação a favor de uma estrutura interna mais adequada à realidade de trabalho dos vereadores. Reiterou que, para ela, é mais relevante discutir a estrutura administrativa da Câmara, inclusive o número de assessores parlamentares, do que os projetos de diárias e vales. Afirmou que está disposta a ser publicamente desmentida caso tenha se expressado de forma diferente do que declarou na reunião interna. Joice voltou-se diretamente ao cidadão Rafael, reiterando que ele tem pleno direito de crítica e que jamais o censuraria por isso. Contudo, reforçou que, ao exercer o mandato, sua responsabilidade vai além dos seus eleitores, estende-se a toda a população do município, pois os recursos públicos que mantêm a Câmara provêm de todos os cidadãos. Em relação ao projeto das diárias, explicou que votou contra, não por discordar do argumento de que poderia haver economia de gastos, mas por entender que esse discurso não condiz com a realidade prática. Relatou que esteve recentemente em Brasília e não ultrapassou o valor médio de R$ 120 por dia em despesas com alimentação. Observou que a diária paga pela Câmara, na modalidade indenizatória, não exige prestação de contas, o que pode resultar em valores excessivos pagos a título de reembolso. A vereadora instou os presentes a pesquisarem os valores médios de diárias em Brasília, destacando que, para pessoas físicas, os custos são significativamente menores do que para pessoas jurídicas, especialmente quando se trata de contratações por órgãos públicos. Considera que o valor de R$ 900 por diária está acima do necessário, e que isso deve ser registrado com transparência. Joice reconheceu que alguns vereadores podem de fato gerar economia à Câmara ao optar pela diária em vez da contratação direta de hotel e transporte. Entretanto, manteve a crítica ao valor estipulado. Ressaltou que seu intuito com essa fala era esclarecer os fatos, diante de críticas e acusações que vêm sendo feitas também a ela nas redes sociais. Anunciou que fará uma nova viagem a Brasília no segundo semestre, por meio da modalidade diária, e se comprometeu a apresentar, em plenário, todas as notas fiscais e comprovantes de gastos, comprometendo-se a se retratar publicamente caso comprove estar equivocada quanto ao valor da diária. Caso contrário, reiterou que sua crítica permanecerá válida. Parabenizou a transparência da Câmara Municipal de Formiga, elogiando o trabalho da Controladoria e mencionando que encaminhará requerimentos com solicitações à Controladora Mariana, para esclarecer aspectos técnicos mencionados como justificativas para o projeto. Finalizou afirmando que continuará fazendo suas falas de forma pública, direta e respeitosa, sem se valer de bastidores ou insinuações. Disse que sempre pautou sua atuação pela seriedade, especialmente no trato com recursos públicos. Relatou que, em sua última viagem a Brasília, acompanhada pelo vereador Piruca, esteve em reuniões nos ministérios e gabinetes durante todo o dia. Declarou que, por coerência com o voto contrário ao projeto do Vale-Alimentação, está providenciando, por meio de sua assessoria, um requerimento solicitando o desconto do valor correspondente em seu subsídio, tal como já fez em relação à correção inflacionária dos vencimentos em anos anteriores. Encerrou reiterando que as críticas são legítimas e que o debate público deve ser feito com base na verdade. Disse que a verdade, embora incômoda, precisa ser dita, mesmo quando contraria interesses ou narrativas. Dando prosseguimento à reunião, o Vereador Piruca, utilizando-se de “questão de ordem”, reafirmou solicitação feita anteriormente durante a discussão dos projetos, requerendo que seja informado formalmente, por meio da assessoria jurídica da Casa, o motivo da antecipação da reunião ordinária da segunda-feira para a data atual. Destacou a necessidade de registro documental dessa justificativa. Ainda, o vereador relatou ter recebido mais de cem ligações de cidadãos criticando aspectos do funcionamento da Câmara, sobretudo relacionados à falta de linha telefônica disponível para atendimento ao público. Ressaltou que, desde janeiro, a Câmara Municipal se encontra sem um telefone fixo ativo, impossibilitando o contato direto da população com a instituição. Informou que, diante dessa ausência de canal oficial, muitos cidadãos recorrem ao telefone pessoal de vereadores ou servidores para buscar informações. Diante disso, solicitou esclarecimentos sobre os motivos pelos quais a questão ainda não havia sido resolvida até aquele momento. Em resposta, o Presidente da Câmara informou que a situação relacionada à telefonia da Casa já vinha sendo tratada e que uma solução definitiva estava em vias de ser implementada. Relatou que a antiga prestadora de serviços, a empresa Oi, havia falido, o que exigiu a adoção de procedimentos administrativos específicos para a contratação de uma nova empresa, respeitando os trâmites legais e orçamentários exigidos no serviço público. O Presidente explicou que não é possível contratar um serviço de telefonia da mesma forma que uma pessoa física, e que a Casa precisa seguir regras formais, como licitação, análise de propostas e compatibilização com o orçamento vigente. Informou que a empresa Top 37 havia apresentado um orçamento para o fornecimento do serviço, mas que esse orçamento incluía itens desnecessários, que gerariam despesas em torno de R$ 72 mil. Por essa razão, a proposta estava sendo revista para adequação à real necessidade da Câmara. Por fim, o Presidente assegurou que os ajustes finais estavam sendo realizados e que, em breve, a linha telefônica institucional estaria restabelecida. Comentou ainda a dificuldade enfrentada em processos licitatórios, mencionando, como exemplo, o processo para contratação de arquiteto, que estava em aberto há quase dois meses com apenas uma proposta recebida, mesmo após diversos e-mails enviados a profissionais da área. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião com a oração final, convidando a todos para a próxima reunião, de caráter ordinário, a ser realizada no dia quatro de agosto do ano corrente, às quatorze horas. Dos trabalhos, a Vereadora Osânia Silva lavrou a presente ata que, após lida e apreciada, será pelos Vereadores presentes assinada. Sala de Sessões da Câmara Municipal de Formiga, aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
| Cid Corrêa Mesquita  Cid Corrêa - UNIÃO BRASIL |  | Daniel Rodrigues da Silva  Daniel Rodrigues - PSD |
|  |  |  |
|  |  |  |
| Evandro Donizetti da Cunha  Piruca - REPUBLICANOS |  | Flávio Martins da Silva  Flávio Martins - REPUBLICANOS |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
| Jaci Honório de Paula  Jaci da Rua Nova - PP |  | Joice Alvarenga Borges Carvalho  Joice Alvarenga - PT |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
| Luciano Márcio de Oliveira  Luciano do Gás – UNIÃO BRASIL |  | Osânia Iraci da Silva  Osânia Silva – PSD |
|  |  |  |
| Thiago Leão Pinheiro  Thiago Pinheiro - PDT |  | Wolkmar Geraldo Menezes  Wolkmar Menezes - PDT |